



Entrevista Paulo Câmara

SÓCIO DA SÉRVULO E FUNDADOR DO GOVERNANCE LAB

Regimes societários idênticos podem facilitar negócios nos países lusófonos

Juristas dos países onde se fala português publicam obra sobre o governo das empresas nessas diferentes geografias e encontram pontos de contacto que podem facilitar o ambiente de negócios

JOÃO MALTEZ
 jmaltez@negocios.pt

É uma nova obra sobre corporate governance e junta as realidades dos países do universo lusófono. A obra, que é lançada esta quinta-feira em Lisboa, encontra várias formas de proximidade no modo como as empresas se organizam e actuam, o que para o advogado Paulo Câmara, fundador do Governance Lab, "pode auxiliar a facilitar o ambiente de negócios entre empresas de países lusófonos".

Que propósito esteve subjacente à elaboração da obra "A Governação das Sociedades Anónimas nos Sistemas Jurídicos Lusófonos"?

O livro, que será apresentado em Lisboa dia 12, constitui o fruto do trabalho do grupo de investigação Governance Lab, que é um grupo de investigação internacional fundado em 2006 e especializado nos temas do governo das organizações. No caso da publicação referida – a sexta publicação deste grupo –, o objectivo principal da investigação foi o de apurar até que ponto a comunhão linguística determina uma convergência de soluções relacionadas com o governo de sociedades anónimas.

O mesmo idioma determina ou não uma convergência de soluções relacionadas com o governo de sociedades anónimas?

É perceptível que cada país lusófono tem as suas singularidades. No entanto, com um exame mais atento, podemos também descobrir algumas proximidades, como é tratado no capítulo introdutório do nosso livro. Com a excepção do Brasil, o regime societário é muito semelhante, o que torna o funcionamento dos órgãos sociais muito próximo.

Que benefícios podem resultar de uma convergência de soluções no âmbito do governo das sociedades nos países onde o português é a língua oficial?

Convém clarificar que não constitui objectivo deste trabalho o de sugerir ou recomendar uma convergência de soluções de corporate governance nos países lusófonos. Procura-se antes conhecer melhor os instrumentos de governo de sociedades anónimas nos países lusófonos e compreender quais são as zonas de proximidade e de distanciamento.

Mas foram ou não detectadas áreas de proximidade?

Foram detectadas várias áreas de proximidade. Aliás, este dado pode auxiliar a facilitar o ambiente de negócios entre empresas de países lusófonos. Porém, em minha perspectiva, mais importante é verificar se o desenvolvimento das práticas de bom governo nestes países serve directamente as funções principais do governo.

E quais são essas funções?

Contribuir para a optimização do desempenho das organizações, salvaguardar a sua reputação organizacional e garantir, desse modo, a continuidade das organizações na promoção de emprego, de progresso e de bem estar.

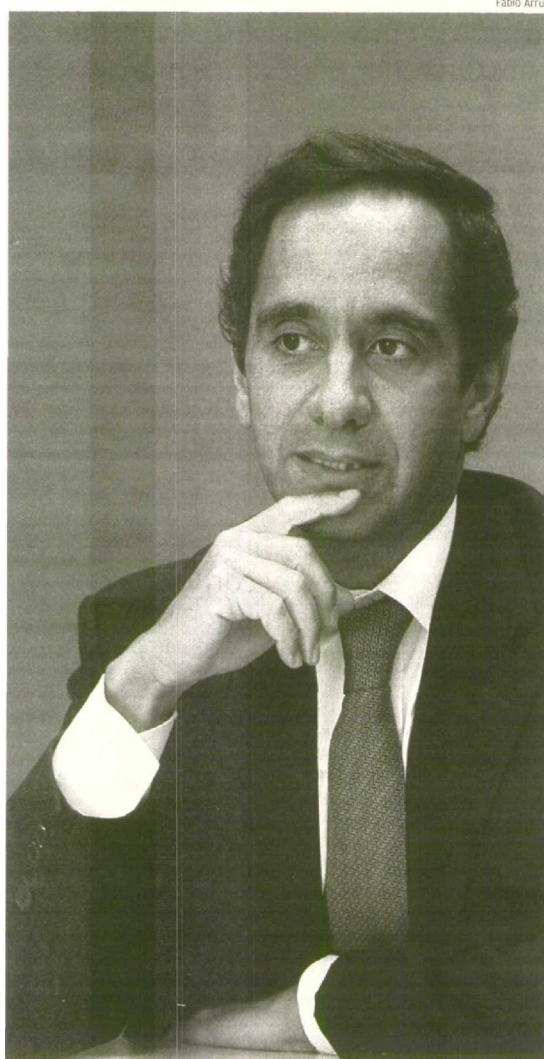
Há casos específicos em que existam diferentes soluções para questões semelhantes? Se sim, pode identificar alguma?

Uma interessante singularidade prende-se com o facto de em Portugal haver uma maior latitude de escolha quanto aos modelos de governo. Além do modelo clássico – centrado na existência de um conselho fiscal –, desde 2006 a lei faculta a escolha por um modelo próximo do anglo-saxónico, em que a fiscalização é confiada a uma comissão de auditoria composta por administradores não-executivos, ou ainda por um modelo dualista, no qual a fiscalização é exercida pelo conselho geral e de supervisão. Além desta tripla escolha, são facultadas diversas sub-modalidades dentro de cada modelo de governo, o que adensa a especificidade portuguesa em relação aos demais sistemas lusófonos.

Que factores determinam a existência de soluções eventualmente distintas que tenham sido detectadas em alguns dos países analisados?

São muito diversos os factores que afectam o sistema de governação de cada país: as escolhas de política legislativa, a tradição empresarial, a cultura de liderança e o modo de funcionamento das instituições. Por fim, nos países com um mercado de capitais desenvolvido – casos do Brasil, Moçambique, Cabo Verde e Portugal –, o corporate governance mostra um desenvolvimento particular, alinhado com o objectivo de protecção dos investidores.

A colaboração entre juristas de diferentes países no âmbito do Governance Lab



Fábio Arruda

São muito diversos os factores que afectam o sistema de governação das empresas em cada país: as escolhas de política legislativa, a tradição empresarial, a cultura de liderança e o modo de funcionamento das instituições.

é para continuar? Pode estender-se a outras áreas de estudo no campo jurídico?

Desde a sua criação em 2006, o Governance Lab tem vindo a alargar sensivelmente o âmbito temático e geográfico da sua actividade. Inicialmente era centrado no governo de sociedades anónimas numa perspectiva jurídica e puramente doméstica.

E actualmente, há outras áreas?

Actualmente, conta com especialistas de direito privado e de direito público, sendo a área de Governance público coordenada por Pedro Costa Gonçalves e Margarida Olazabal Cabral. Além disso, a partir do volume agora publicado, o Governance Lab assumiu-se como um grupo internacional, agregando juristas de sete jurisdições lusófonas diferentes.

Curiosamente, a obra que Governance Lab lança esta quinta-feira em Lisboa já está publicada noutras jurisdições lusófonas...

O livro "A Governação das Sociedades Anónimas nos Sistemas Jurídicos Lusófonos" já foi lançado em Macau e Luanda, e será ainda lançado em Maputo, em Cabo Verde e no Brasil. No próximo livro, a ser publicado em 2014, daremos um passo mais: indo de encontro à multidisciplinariedade do tema, passaremos a contar também com contributos de professores de Finanças.

Iniciativas editoriais do Governance Lab também têm objectivos solidários



As iniciativas editoriais do Governance Lab, tal como evidencia Paulo Câmara, não têm finalidade lucrativa. "O que move este grupo é o desejo, no seu estado mais puro, de contribuir para a discussão e o aperfeiçoamento das regras e das práticas na governação das organizações". Ainda segundo o fundador deste grupo de reflexão sobre temas jurídicos, as receitas provenientes da venda do livro "A Governação das Sociedades Anónimas nos Sistemas Jurídicos Lusófonos" – obra a lançar em Portugal esta quinta-feira na Euronext Lisbon – serão exclusivamente destinadas ao Hospital Carmelo, unidade sanitária de referência para doentes de tuberculose e sida, situado na cidade de Chokwe, em Moçambique.